

CONTRATO N.º 006/2021-MP/PA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A
EMPRESA MENDES & LOPES PESQUISA,
TREINAMENTO E EVENTOS LTDA.

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.054.960/0001-58, com sede à Rua. João Diogo n.º 100, bairro da Cidade Velha, CEP: 66.015160, Belém-Pa, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, **Dr. GILBERTO VALENTE MARTINS**, brasileiro, domiciliado e residente em Belém e a Empresa **MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA**, Nome Fantasia: JML, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.777.721/0001-51, estabelecida à Rua Mandaguaçu, n.º 534, Sobreloja, Bairro: Emiliano Pernetá, Pinhais/PR, CEP: 83.324-430, telefones: (41) 3595.9999 / 9994, E-mail: carol.rufino@jmlgrupo.com.br, neste ato representada pela Sra. **JULIETA MENDES LOPES VARESCHINI**, portadora do RG n.º 71041697 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o n.º 006.988.729-24, e o Sr. **JULIANO JOSÉ LOPES**, portador do RG n.º 7104246-4 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 008.535.249/71, ambos brasileiros, residentes e domiciliados em Curitiba/PR doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO JURÍDICO

1.1. O presente contrato decorre da **Inexigibilidade de Licitação n.º 026/2020-MP/PA**, por execução indireta, preço global, vinculada ao **Processo n.º 134/2020 – SGJ-TA – Protocolo n.º 22420/2020**, nos termos do artigo 25, I, da Lei n.º 8.666/93 e alterações do Decreto Federal n.º 9.412/2018, regendo-se, o mesmo, pelas regras das Leis n.º 8.666/1993, 8.883/94 e 9.648/98, e demais regras do Direito Público e Privado que o subsidiarem.

1.2. Aos casos omissos serão aplicadas as normas referidas no subitem anterior.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento, pela **CONTRATADA**, da assinatura anual do produto JML (plano 02 + 14), composto pelos produtos Parecer JML por escrito 12 (doze) consultas, RJML de Licitações e Contratos Digital, Web Licitações e Contratos Administrativos e Pesquisa Brasil, conforme proposta da contratada.

2.2. A proposta da Contratada integra este Contrato.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Pará, não podendo ser prorrogado, em virtude da ausência de enquadramento às hipóteses elencadas nos incisos do art. 57 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O Departamento Financeiro do Ministério Público pagará à **CONTRATADA** o valor de **R\$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais)**, em parcela única, mediante depósito efetuado na conta corrente da **CONTRATADA**, no Banco: **Caixa Econômica Federal, Agência n.º 0997, Op: 003, Conta-Corrente n.º 161-5**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do atesto pela fiscalização, salvo atraso na

liberação de recursos pela Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF, devendo o pedido de pagamento ser instruído com as certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

4.1.1. O pagamento dos fornecedores de bens e prestadores de serviços dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará somente será efetuado mediante crédito em conta corrente aberta no BANCÔ DO ESTADO DO PARÁ S/A – BANPARÁ, conforme decreto estadual nº 877, de 31/03/2008.

4.1.1.1. Caso o prestador não possua conta no BANCO BANPARÁ, será cobrada pelo banco taxa referente ao DOC/TED, sendo o valor desta taxa automaticamente descontado no valor depositado para pagamento da prestação do serviço.

4.1.2. Pagamentos através de código de barra só poderão ser realizados caso a empresa possua convênio com o BANCO DO ESTADO DO PARÁ (BANPARÁ), uma vez que todos os pagamentos são realizados através do SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios).

4.2. O atesto da nota fiscal será efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento definitivo do objeto pelo responsável pela Fiscalização no local anteriormente mencionado.

4.3. A nota fiscal que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal corrigida.

4.4. A CONTRATADA deve encaminhar, junto com a nota fiscal, os seguintes documentos:

4.4.1. Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União;

4.4.2. Certidão negativa de débitos relativos às Contribuições Previdenciárias;

4.4.3. Certificado de regularidade do FGTS – CRF;

4.4.4. Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

4.4.5. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual;

4.4.6. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal.

4.5. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que a CONTRATADA adote medidas necessárias, visando a regularização dos documentos, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;

4.6. Não efetuado o pagamento pelo CONTRATANTE no prazo estabelecido na sub-cláusula 5.1, e desde que não haja culpa da ADJUDICADA, os valores correspondentes à fatura serão atualizados financeiramente com base no critério abaixo especificado, em observância ao art. 40, XIV, "c" da Lei 8.666/93 e suas alterações.

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM=Encargos Monetários

N=Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento

VP=Valor da parcela a ser paga

I=Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{TX/100}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

Tx = Percentual da Taxa Anual = 6%

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE EXECUÇÃO

5.1. A liberação de acesso à base de dados ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após a

emissão da Nota de Empenho.

5.2. Garantir 07 (sete) acessos ao banco de dados disponível, por meio da internet, conforme proposta comercial, 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante a validade do contrato.

5.3. Manter o serviço de parecer por escrito JML, dentro das 12 (doze) consultas/perguntas por assinatura, durante a sua vigência;

5.4. A assinatura tem validade de 12 (doze) meses.

5.5. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 08:00 às 18:00 horas, objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado.

5.6. A Empresa oferece como cortesia 01 (uma) inscrição em evento presencial ou EAD JML, sendo que o assinante poderá optar pelos eventos/treinamentos tradicionais com carga horária de 16h e 24h, disponíveis no portal da JML.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

6.1. O recebimento do objeto pela FISCALIZAÇÃO se dará:

6.1.1. Definitivamente até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês a que se refira a fatura/nota fiscal emitida pela contratada;

6.1.2. Na hipótese de ser verificada a impropriedade do objeto executado, o mesmo será imediatamente rejeitado, no todo ou em parte, a critério da FISCALIZAÇÃO responsável pelo seu recebimento, sendo o fornecedor notificado a proceder à correção/substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a verificação, sendo-lhe, ainda, concedido igual prazo para refazimento do objeto ou parte do que foi rejeitado, da data da comunicação;

6.1.3. Os objetos contratados serão recebidos e conferidos pela Fiscalização designada por esta Instituição.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.2. O preço é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

8.1. Para atender as despesas do presente contrato, o Ministério Público valer-se-á de recursos orçamentários, conforme a seguinte função programática:

Atividade: 12101.03.122.1494.8760 – Governança e Gestão;

Elementos de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

Fonte: 0101 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada, durante a vigência deste Contrato, comprometer-se-á:

I – Manter a base de dados atualizada;

II - Disponibilizar a Revista JML digital dentro da periodicidade trimestral;

III – Permitir o acesso aos bancos de dados disponíveis na internet, de forma ininterrupta, 24h (vinte e quatro horas) por dia, 07 (sete) dias por semana, por meio de login e senha, bem como disponibilizar informações para utilização das ferramentas de pesquisa, salvo hipóteses de caso fortuito ou força maior. Ficam ressalvadas, ainda, as interrupções por motivo de manutenção, troca de equipamentos ou problemas técnicos na rede elétrica, rede de telefonia e no link da internet;

IV – Fornecer ao usuário suporte telefônico, no horário compreendido das 08:00 às 18:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira (exceto feriado), destinado à resolução de problemas de conexão;

V – Os prazos relativos à assistência técnica/manutenção dos serviços e dos equipamentos transcorrem independentemente do horário comercial e de expediente;

VI – Comunicar, por escrito, a contratante quando houver necessidade de realizar manutenções corretivas ou preventivas na base de dados;

VII – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

VIII – Responder, integralmente, por perdas e danos que vier diretamente a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento do CONTRATANTE;

IX – Assumir inteira responsabilidade pelas despesas e encargos diretos e indiretos com as pessoas que prestarem qualquer serviço relativo ao presente contrato sendo que a prestação de serviço não gerará nenhum vínculo empregatício com o Contratante;

X – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

XI – Nomear e manter preposto, aceito pelo Contratante, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário;

XII – A Contratada deverá cumprir todas as obrigações decorrentes da contratação;

XIII – A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Processo Administrativo nº. 134/2020-SGJ-TA (Protocolo nº. 22420/2020)**;

XIV – Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

XV – Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. O Contratante compromete-se durante a vigência deste Contrato a:

I – Efetuar o pagamento conforme estipulado na Cláusula Quarta do presente contrato;

II – Confiar à Contratada, exclusivamente, todos os serviços objeto deste Contrato;

III – Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada;

IV – Designar um servidor para realizar a fiscalização do contrato;

V – Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação de serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo Contratante, não será interrompida. A existência da fiscalização por parte do Contratante de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da Contratada na prestação dos serviços assumidos;

Parágrafo único. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. No caso da CONTRATADA não cumprir as obrigações assumidas neste instrumento Contratual, ou usar de má-fé, ficará sujeita, respeitado os direitos à ampla defesa e ao contraditório, à aplicação das penalidades abaixo descritas.

I - **Advertência** pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos compromissos assumidos ou na sua conclusão, e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão, bem com nos seguintes casos:

II - **Multa**, para a hipótese de não atendimento das obrigações decorrentes do presente contrato a ser calculada da seguinte forma:

- a) multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), até o limite de 6%, sobre o valor total do contrato, para a hipótese de atraso no fornecimento da assinatura contratada;
- b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial da obrigação na prestação do serviço;
- c) multa de 10% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total da obrigação.

III - **Suspensão** de participar de licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público pelo período de até 02 (dois) anos, nos casos de inexecução do objeto, total ou parcial, ou irregularidade na execução, não justificada e/ou sem justificativa aceita pela Administração, na seguinte graduação:

- a) 1 (um) ano, nos casos de inexecução parcial ou irregularidade na prestação do serviço;
- b) 2 (dois) anos, nos casos de inexecução total.

11.2. No caso de inexecução do objeto que caracterize ilícito penal, será declarada a inidoneidade do contratado para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja reabilitada perante a autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Não haverá alteração com base no art. 65, I, "b" e § 1º, da Lei nº 8.666/93, por tratar-se de serviço de assinatura.

12.2. Este instrumento poderá ainda ser alterado, exceto no objeto, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração, conforme inciso I, "a", do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

II - Por acordo das partes, conforme inciso II, do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O Contrato Administrativo decorrente desta licitação poderá ser rescindido:

I – Unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93;

II – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III – Judicialmente, nos termos da legislação processual;

IV – No caso de rescisão contratual, devidamente justificada nos autos do Processo, terá a **CONTRATADA** no prazo de 05 (cinco dias) úteis, contados da notificação, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

V – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as devidas consequências contratuais, conforme art. 77 da lei nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Será designado servidor para representar a Administração no exercício do dever de acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

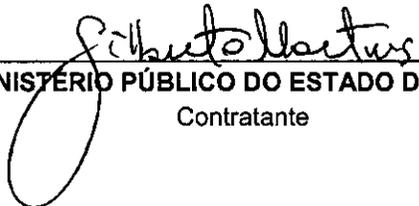
15.1. A publicação do presente instrumento, em extrato, no Diário Oficial do Estado, ficará a cargo da CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, conforme disposto na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Justiça Comum, Comarca de Belém/PA, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Belém, 25 de Janeiro de 2021.


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Contratante

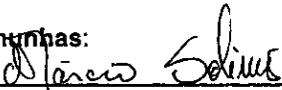
JULIANO JOSE
LOPES:00853524971
Assinado de forma digital por
JULIANO JOSE LOPES:00853524971
Dados: 2021.01.22 13:20:32 -03'00'

**MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTOS
E EVENTOS LTDA.**
Contratada

JULIETA MENDES LOPES
VARESCHINI:00698872924
Assinado de forma digital por JULIETA
MENDES LOPES
VARESCHINI:00698872924
Dados: 2021.01.22 12:22:24 -03'00'

**MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTOS
E EVENTOS LTDA.**
Contratada

Testemunhas:

1. 
RG: 1.719.583 SSP-PA

2. Renata Silva
RG: 314895 Polícia IAP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 072/2021-MP/PJ

O Procurador-Geral de Justiça, do Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO a instauração do procedimento de apuração da responsabilidade da empresa PORTELA LOGÍSTICA E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME, em sua atuação no Pregão Eletrônico nº 046/2018-MP/PA, que originou a ARP nº 020/2019-MP/PA, cujo objeto consiste no registro de preços para aquisições de material para confecção e manutenção da rede telefônica e elétrica;

CONSIDERANDO que por meio do Ofício nº 150/SJG-TA-DOM/MPPA, o Departamento de Obras e Manutenção deste Órgão Ministerial encaminhou o Memorando nº 060/2019-MP/UNID.MAN. informando que a Empresa PORTELA LOGÍSTICA E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME não teria apresentado o certificado INMETRO do cabo da marca INDUSFLEX, referente à emissão da Nota de Empenho nº 2019NE02270, gerando prejuízos operacionais à este Órgão Ministerial;

CONSIDERANDO que a conduta da empresa caracterizou o descumprimento do item 3 (Especificação), Obs. 3, da Cláusula Terceira, do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 046/2018-MP/PA, referente à Nota de Empenho nº 2019NE02270, o que impõe à aplicação da penalidade de IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR COM O ESTADO DO PARÁ, pelo prazo de 05 (cinco) anos, com base na Cláusula Décima Quinta, subitem 15.5.1, inciso II, do Edital do certame em apreço, art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e art. 49, II, do Decreto Estadual nº 534/2020, conforme Parecer Jurídico nº 316/2020-Analista Jurídico, emitido pela Analista Jurídica da Atividade de Licitações e Contratos deste Órgão Ministerial;

CONSIDERANDO que foi expedido o Ofício nº 130/2020-SJG-TA/MP/PA para comunicar a Empresa acerca da instauração do processo de penalidade e para assegurar o direito à ampla defesa, contudo, todas as tentativas de entrega da correspondência via Correios foram infrutíferas, razão pela qual foi publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, no dia 03/12/2020, o Aviso de Instauração de Penalidade, concedendo novamente à Empresa prazo para apresentação de defesa prévia;

CONSIDERANDO que, por meio do Parecer Jurídico nº 475/2020-Analista Jurídico, a Atividade de Licitações e Contratos deste Órgão Ministerial, manifestou-se novamente pela aplicação da sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR COM O ESTADO DO PARÁ, pelo prazo de 05 (cinco) anos, considerando que a Empresa PORTELA LOGÍSTICA E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME não apresentou defesa prévia e, portanto, não houve fatos novos que elidiram a sanção indicada;

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público e os princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade;

RESOLVE:

I – Aplicar, à Empresa PORTELA LOGÍSTICA E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME, a sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR COM O ESTADO DO PARÁ, pelo prazo de 05 (cinco) anos, nos termos da Cláusula Décima Quinta, subitem 15.5.1, inciso II, do Edital do Pregão Eletrônico nº 046/2018, art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e art. 49, II, do Decreto Estadual nº 534/2020

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 20 de janeiro de 2021.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Ministério Público do Estado do Pará

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 621172

PORTARIA Nº 073/2021-MP/PJ

O Procurador-Geral de Justiça, do Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO a instauração do Processo de Dispensa de Licitação com vistas à contratação de empresa para prestação de serviço de acesso à internet para atendimento da Promotoria de Justiça de Porto de Moz/PA, substanciado no Processo nº 056/2020-SJG-TA (Protocolo nº 13480/2020).
CONSIDERANDO que foi autorizada a Dispensa de Licitação nº 019/2020-MP/PA, cuja Ratificação foi publicada no Diário Oficial do Estado do Pará em 17/08/2020, com vistas à contratação da empresa THIAGO DA SILVA FARIAS EIRELI para prestação do serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Porto de Moz, com fundamento no art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que, apesar de publicada a Ratificação da Dispensa nº 019/2020-MP/PA, não houve a celebração de instrumento contratual, tendo em vista que a empresa THIAGO DA SILVA FARIAS EIRELI não apresentou os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal solicitados, necessários à contratação, conforme prescrevem os artigos 28 e 29 da Lei nº 8.666/1993, não obstante as diversas solicitações realizadas pela Atividade de Licitações e Contratos deste Órgão Ministerial, desde a autorização e ratificação da Dispensa de Licitação;

CONSIDERANDO que a Promotoria de Justiça de Porto de Moz se mani-

festou pela desconsideração da proposta da empresa THIAGO DA SILVA FARIAS EIRELI, diante da não apresentação da documentação necessária à contratação;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 405/2020-Analista Jurídico, emitido pela analista jurídica da Atividade de Licitações e Contratos deste Órgão Ministerial, favorável à revogação do Processo de Dispensa de Licitação nº 019/2020-MP/PA, presentes os requisitos necessários ao desfazimento de ato administrativo por conveniência e oportunidade, nos termos do art. 49, caput, e §4º, da Lei Federal n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público e os princípios da legalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade;

RESOLVE:

I – REVOGAR a Dispensa de Licitação nº 019/2020-MPPA, referente à contratação da empresa THIAGO DA SILVA FARIAS EIRELI para prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Porto de Moz/PA, nos termos do art. 49, caput, e §4º, da Lei n.º 8.666/93;

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 20 de janeiro de 2021.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Ministério Público do Estado do Pará

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 621773

PORTARIA N.º 154/2021-MP/PJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, e.e., usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR, como pregoeira deste Órgão, o servidor RAFAEL RODRIGUES DE SOUZA para atuar no Pregão Eletrônico vinculado ao Processo Administrativo nº 059/2020-SJG-TA, cujo objeto é o Registro de Preços para a aquisição de protetor facial ("face shield"), de acordo com o disposto no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, art. 13, I, do Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, Decreto Estadual 534, de 05 de fevereiro de 2020, art. 5º, II, da Lei Estadual nº 6.474, de 6/8/2002, e arts. 10, VI, e 11 do Decreto Estadual nº 2.069, de 20/02/2006, e no impedimento desta, a servidora ANDRÉA MARA CICCIO, 1º Suplente, e a servidora LAYS FAVACHO BASTOS, 2ª Suplente, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio o servidor VALTER ANDREY VALOIS CAVALCANTE e, no seu impedimento, RUBENS FERNANDES ROCHA, para análise técnica das propostas e da documentação de qualificação técnica, e a servidora MONICA FABIOLA CAVALCANTE DOS ANJOS, Técnica-Contadora, para análise da documentação contábil.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 26 de janeiro

de 2021.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 621980

CONTRATO

Núm. do Contrato: 006/2021-MP/PA

Inexigibilidade de Licitação: 026/2020-MP/PA
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA (CNPJ nº 07.777.721/0001-51).

Objeto: Fornecimento da assinatura anual do produto JML (plano 02+14), composto pelos produtos Parecer JML por escrito 12 (doze) consultas, RJML de Licitações e Contratos Digital, Web Licitações e Contratos Administrativos e Pesquisa Brasil, conforme proposta da Contratada.

Data da Assinatura: 25/01/2021.

Vigência: 27/01/2021 a 27/01/2022.

Valor global: R\$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1494.8760; Elemento:

3390-39; Fonte: 0101.

Foro: Justiça Estadual, Comarca de Belém.

Ordenador responsável: Dr. Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral de

Justiça.

Protocolo: 621838

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Núm. do Termo aditivo: 5

Núm. do Contrato: 018/2018-MP/PA

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa DIAMOND SERVIÇOS DE LIMPEZA E MÃO DE OBRA EIRELI.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Prestação de serviços de recepcionista nas dependências do Ministério Público do Estado do Pará, no município de Paragominas/PA. Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/1993 c/c Cláusula Nona, item 9.1. do instrumento contratual.

Data de Assinatura: 25/01/2021.

Vigência do Aditamento: 09/03/2021 a 08/03/2022.

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.091.1494.8758. Elemento de

despesa: 3390-37. Fonte: 0101.

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 621844